

INESC - INSTITUTO DE ESTUDOS SÓCIO-ECONÔMICOS

SUBSÍDIO

PARA OS ÍNDIOS FAZEREM MAIS FESTAS

Júlio M. G. Gaiger*

Brasília, junho de 1993.

Este documento é uma colaboração do INESC ao Fórum de ONGs e Movimentos Sociais para o Meio Ambiente e Desenvolvimento, como integrante da Coordenação Nacional, para o estabelecimento de diálogo e aprofundamento de temas pertinentes às questões ecológica e de desenvolvimento. Sugerimos sua leitura para estimular e subsidiar debates entre as entidades.

PARA OS ÍNDIOS FAZEREM MAIS FESTAS

Reflexões sobre os projetos de auto-sustentação das comunidades e povos indígenas

Júlio M. G. Gaiger

Numa tarde de 1983, estacionei diante de um pequeno mercado em Planalto, no Rio Grande do Sul. Planalto fica junto à extremidade ocidental da área indígena de Nonoai, habitada por índios Kaingang. Eu não esperava que, justamente ali, fosse encontrar Xangrê. Xangrê já fora cacique em Nonoai, e como tal liderou em 1978 a expulsão dos posseiros que ocupavam a terra indígena. Mas naquela tarde trazia às costas um saco de milho que vendeu barato no moinho próximo, e com o dinheiro comprou fogos de artifício, garrações de vinho e uma garrafa de pinga. Aquele milho era tudo o que lhe sobrara da safra, e Xangrê gastara o dinheiro em função do casamento de uma filha.

Levei-o de volta à área, e fiquei um pouco na festa. Retirei-me quando anoitecia, e a quilômetros de distância ainda escutava o estouro dos fogos. Tal qual seus antepassados, os Kaingang continuam a, literalmente, «queimar» todo excedente que porventura obtenham. Quatro séculos de contato não bastaram para que os seduzisse a idéia de acumulação. Agora pouquíssimas exceções individuais, eles consomem em casamentos, no «Dia do Índio» e em várias outras oportunidades tudo o que economizaram imediatamente antes. Vivem, portanto, pobremente, porque para eles a riqueza só tem sentido enquanto apropriada pela coletividade, principalmente nas festas. O prestígio de cada um está diretamente vinculado à possibilidade de oferecer tais festas.

Contudo, todo ano a Funai (e às vezes algumas ONGs) gasta com lavouras de soja nas áreas Kaingang. E eles continuam a ser, antes de tudo, índios «deficitários». Claro, existem sempre denúncias de desvio de dinheiro; mas isto, por si só, não explica o fenômeno porque as experiências financiadas por ONGs — mais insuspeitas — tampouco deram certo.

Foi somente após ler Mabilde⁽¹⁾, engenheiro militar que esteve entre os Kaingang em meados do século passado, que soube ser a coleta a atividade de subsistência básica deste povo. Nem mesmo a caça era tão importante! De agricultura, então, quase nada havia. Os Kaingang articulavam-se integralmente em torno do acesso às manchas do pinheiro (*araucaria angustifolia*), e haviam desenvolvido uma sofisticada tecnologia de armazenamento e aproveitamento do pinhão. Dele extraíam farinha, pães e bebidas alcoólicas. Os territórios dos vários grupos eram fixados em função dos pinheirais que cabiam a cada um deles, e a apropriação de pinheirais alheios era causa de guerra certa.

Altamente nômades, os Kaingang dominavam um extenso território que se estendia do oeste paulista ao centro do Rio Grande do Sul. Assim, era perfeitamente possível ter na coleta o meio de subsistência mais importante. Porém entre o final do séc. XIX e início do atual, foram todos confinados em áreas restritas cuja cobertura original de pinheiros está hoje reduzida a menos de 20%. Foram, pois, abruptamente privados de seus meios de vida, e a concentração artificial que lhes foi imposta afetou profundamente sua organização social.

Mesmo assim, os Kaingang não introjetaram a ideologia do mercado. E nem podiam fazê-lo porque não se alteram deste modo, e em prazo relativamente tão curto, os esquemas de produção, distribuição e consumo praticados por eles durante milênios.

⁽¹⁾ Pierre François Alphonse Booth Mabilde, *Apontamentos sobre os indígenas selvagens da Nação Coroados dos matos da Província do Rio Grande do Sul: 1836-1866*. São Paulo: IBRASA; Brasília: INL, Fundação Pró-Memória, 1983.

A questão da auto-sustentação das comunidades ou povos indígenas vem recentemente acumulando discussões que procuram as causas do fracasso da maioria das experiências protagonizadas pelos mais diversos agentes. Obviamente é fácil detectar a causa da falência dos projetos patrocinados pela agência oficial, geralmente concebidos através de uma ótica desenvolvimentista e até francamente integracionista. A Funai, ao menos até recentemente, assim como seu antecessor, o Serviço de Proteção aos Índios, e antes e depois deles muitas missões religiosas, limitavam-se a aplicar modelos pré-concebidos por meio dos quais pretendiam tornar as comunidades indígenas auto-suficientes e produtivas, tudo segundo a lógica capitalista da sociedade dominante. Em outros termos, tratava-se de possibilitar que o capitalismo se apropriasse da mão-de-obra, da terra e dos recursos naturais das áreas indígenas, na medida em que os projetos destinavam-se a produzir bens de mercado, inclusive para o mercado internacional.

Assim, segundo levantamento feito pela antropóloga Joana A. Fernandes Silva⁽²⁾, a maioria dos projetos agrícolas patrocinados pela Funai entre 1973 e 1981 destinavam-se ao cultivo de culturas de exportação para fora do país, como a soja – responsável pela ocupação da maior parte da superfície cultivada – e culturas de exportação para fora das áreas indígenas, como o trigo, arroz, feijão e café. Na região sul, os projetos de extrativismo visavam a madeira, especialmente o pinheiro, o palmito no litoral, e castanha no Pará.

O simples fato de que estes projetos se destinavam a integrar as comunidades indígenas à economia de mercado era suficientemente repugnante para os seus críticos, que apontavam nessa finalidade, enquanto tal, a causa fundamental do seu reiterado fracasso.

De fato, embora não se tenham dados precisos sabe-se que ano após ano a Funai invertiu recursos crescentes nestes projetos sem nunca obter o retorno esperado que permitisse a auto-suficiência deles. Segundo a pesquisa já referida de Joana A. Fernandes Silva, os valores invertidos entre 1976 e 1981 (a preços da época) aumentaram na seguinte proporção:

ANO	INVESTIMENTO(Cr\$)
1976	549.000,00
1977	22.000.000,00
1978	54.740.000,00
1979	98.659.000,00
1980	334.215.000,00
1981	595.000.000,00

A questão da auto-sustentação das comunidades ou povos indígenas vem recentemente acumulando discussões que procuram as causas do fracasso da maioria das experiências protagonizadas pelos mais diversos agentes.

Certamente a questão não pareceria tão candente se as experiências patrocinadas por entidades não-governamentais tivessem resultados diferentes.

O que porém se verifica é que mesmo com objetivos e pedagogia diversos, grande parte dos projetos apoiados por organizações civis ou igrejas nunca alcançaram o sonhado estágio da auto-sustentação.

Em oposição aos projetos oficiais, estes buscavam a autonomia econômica das comunidades através de apoio a atividades voltadas à subsistência dos grupos e que também lhes permitissem um pequeno excedente comercializável que

(2) **Os Kalowá e a ideologia dos projetos econômicos:** dissertação de mestrado apresentada ao Departamento de Ciências Sociais do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, sob a orientação do Professor Doutor Mércio Pereira Gomes: Campinas, 1982, mimeo.

atendesse às novas necessidades que os próprios índios não têm como suprir. Os cálculos previam investimentos durante determinado tempo de modo a se alcançar um nível de produtividade que tornaria a iniciativa economicamente independente de aportes externos. Teoricamente, tudo parecia perfeito – inclusive a legitimação dos projetos, para cuja elaboração geralmente já se acusava a participação da comunidade indígena, quando não fosse o próprio projeto uma solicitação explícita dela.

Pedagogicamente falando, a participação espontânea (ou assim se acreditava) da comunidade e o envolvimento dos índios em todas as etapas do projeto parecia o marco que o diferenciava radicalmente dos projetos oficiais.

Assim, por exemplo, acompanhei de longe um projeto de roça comunitária numa aldeia Kaingang, onde a organização não-governamental intermediou recursos para a aquisição de juntas de bois, sementes, alguns insumos, e para o pagamento de cestas de alimentos que permitissem aos índios dedicarem-se prioritariamente ao projeto. O «comunitária» do projeto aplicava-se apenas à socialização das juntas de bois, pois em realidade os cultivos eram familiares e os bois e o trabalho de preparação da terra e, depois, de manutenção das lavouras, imaginaram-se que fossem feitos por todos que se revezariam entre as várias roças.

Fim da história? Os bois que não foram vendidos foram comidos...

É que logo começaram as discussões sobre a ordem em que os bois seriam entregues a cada família participante. Em seguida, começaram as defecções: os homens que haviam lavrado a própria roça não compareciam para lavar a próxima, ou se ausentavam na hora de limpar os cultivos de outras famílias. Todos os cálculos feitos no início foram esquecidos, e não mantinham os Kaingang mobilizados o suficiente para assegurar que o projeto funcionasse. As colheitas ficaram muito aquém do esperado, mas vários índios haviam firmado compromissos por conta de excedentes que não

houve comprando a crédito na cidade. Daí para decidirem a venda ou o consumo dos bois, foi um passo.

Com poucas variações, este roteiro fulminou um incontável número de experiências que se desejavam alternativas.

Pressionadas pelas agências doadoras, as entidades intermediárias deflagraram em meados dos anos 80 uma série de reflexões sobre os chamados projetos econômicos para identificarem as causas do seu insucesso.

Aparentemente, a primeira dificuldade é que não se percebeu que em essência os projetos alternativos possuíam a mesma lógica dos projetos oficiais na medida em que sua referência era a economia de mercado (ou de intercâmbio, como preferem alguns). Não podendo ignorar a circunstância de os índios terem adquirido necessidades novas que não conseguem suprir com seus próprios meios, e de além disso, por força da redução de seus territórios e de seus recursos naturais, não poderem nem suprir muitas das necessidades básicas sem recorrer ao mercado, os projetos alternativos incluíam sempre estratégias para permitir a produção de excedentes comercializáveis.

Mais que isto, e sem dúvida muito mais importante, os projetos alternativos eram reduzidos a números de acordo com a lógica de mercado: estimavam-se os retornos em função do investimento num período dado, fazendo as suposições de praxe sobre as variáveis não diretamente controláveis. Nada de lógica indígena.

Os Xavante ficaram famosos com as histórias de implementos agrícolas que ao estragarem eram simplesmente abandonados no local em que estivessem e lá eram deixados até apodrecerem. A idéia de manutenção de equipamento parece completamente estranha a eles. Contudo, os Xavante são também famosos por suas incursões a São Paulo, Rio de Janeiro e Brasília – e mais recentemente, ao exterior – em busca de recursos para compra de Toyotas, máquinas de costura, etc. Eventualmente, são o povo indígena que mais consome, no exato sentido da palavra,

itens que em princípio se consideram bens duráveis...

Bem recentemente, alguém que visitou os Madjá (Kulina) do Médio Juruá viu-os racionando o peixe que comiam embora estivessem pescando muito. É que o pescado estava quase todo destinado a pagar as dívidas com os regatões, e por isso ao invés de o comer os índios o guardavam salgado. Um dos itens que eles compram dos regatões é sal; os Madjá gastam boa parte do sal para conservar o peixe que pagará o próprio sal...

Os Xokleng de Santa Catarina puseram-se a vender a madeira da área que seria inundada pelas águas da barragem Norte, que o Departamento Nacional de Obras de Saneamento está construindo. O modo como a madeira foi retirada, com tratores de esteiras que passavam correntões e punham tudo abaixo para depois recolherem apenas as essências nobres, escandalizou a todos. Muito mais escândalo, porém, foi causado pelos índios que iam à cidade e com o dinheiro da venda da madeira compravam estoques inteiros nas lojas. Compravam inclusive eletrodomésticos que ficariam sem uso, pois na área indígena não havia instalação de eletricidade...

E também passaram ao folclore desconfortável para os indigenistas as histórias dos Kayapó Gorotire que mandam o avião adquirido com o dinheiro recebido em troca da exploração de ouro por garimpeiros buscar pão em Redenção, a cidade mais próxima...

Estes exemplos extremados revelam a imensa distância existente entre a lógica de

mercado e as lógicas indígenas. As distorções resultantes da inserção dos índios e de seus bens na economia de

mercado, em situações onde inexitem as cautelas que costumam acompanhar os projetos econômicos, evidenciam uma quase incompatibilidade. O trágico é que o mercado, de qualquer modo, beneficia-se, enquanto que os índios, ao menos imediata ou aparentemente, perdem.

Portanto, para a política indigenista oficial e para as organizações que desenvolvem políticas indigenistas alternativas a questão da auto-sustentação das comunidades e povos indígenas é um desafio extremamente atual, e nesta atualidade tremendamente prioritário. Para uns e outros, trata-se de vislumbrar as formas de realmente tornar os índios autônomos na, ou frente a, economia de mercado. Parece consensual que o nível de bem-estar possível no futuro para os índios resultará das soluções que se encontrem para este problema.

Igualmente consensual é a convicção de que o primeiro aspecto a ser atacado

é o da garantia dos territórios indígenas. A experiência histórica mostra que a redução do espaço físico e a consequente limitação no acesso aos recursos naturais afeta profundamente os esquemas tradicionais de produção, distribuição e consumo, o que em seguida se reflete em intensas perturbações sobre as próprias estruturas sociais indígenas. Então fica evidente que a manutenção de um território que lhes permita manter um nível razoável de controle, segundo as práticas tradicionais, sobre as atividades que atendem à subsistência das comunidades indígenas é o primeiro e mais fundamental passo a ser dado.

*Estes exemplos
extremados revelam
a imensa distância
existente entre a
lógica de mercado
e as lógicas
indígenas.*

...

*O trágico é que o
mercado, de
qualquer modo,
beneficia-se,
enquanto que os
índios, ao menos
imediata ou
aparentemente,
perdem.*

Todavia, é exatamente aí que começam as dificuldades. A Constituição Federal, no § 1º do art. 231, conceituou de modo bastante adequado as «terras tradicionalmente ocupadas pelos índios», exigindo o atendimento de quatro condições cumulativas lidas segundo o critério dos usos, costumes e tradições indígenas. Entre estas condições definidoras das terras indígenas, estão as de que elas incluam as áreas utilizadas para as atividades produtivas e para a reprodução física e cultural dos índios que as ocupam.

Ocorre que na aplicação da norma abstrata aos casos concretos verifica-se a escassez de estudos sobre as chamadas atividades produtivas, e o que seja necessário para a reprodução física dos grupos. Não existe no Brasil literatura de antropologia econômica, ou etnoeconomia. Esta omissão, bem como a falta de um método, ainda que tentativo, para cobrir as variáveis que auxiliariam na identificação deste componente do conceito de terras indígenas é responsável, em grande parte, pela inconsistência de várias propostas de demarcação presentes e passadas.

As generalizações a que costumeiramente se recorre não bastam para garantir a aplicação criteriosa da norma constitucional. E não estou tão preocupado com a formalidade do atendimento escrupuloso de um preceito legal quanto com que se consiga, de fato, garantir para as comunidades e povos indígenas o território que necessitam. A vantagem é que o conceito constitucional atende a esta necessidade, e, portanto, os problemas são de ordem operacional.

Existe outro efeito colateral desta inconsistência.

A experiência ensina que a garantia dos territórios, por si só, não assegura níveis aceitáveis de bem-estar para os índios. Isto porque, como se disse acima, todos os povos indígenas enfrentam necessidades e

condições novas que não permitem a simples continuidade de suas práticas tradicionais de subsistência. Estas precisariam adaptar-se à nova realidade sem porém retirar dos índios o controle sobre elas.

As quase duzentas nações indígenas existentes no Brasil são sobreviventes de um processo em que tiveram que suportar extensos períodos de carência em todos os sentidos. Não parece admissível a idéia de que os índios precisem continuar submetidos a estes processos.

Isto nos devolve à questão central deste texto, e agora já se pode acrescentar que um problema adicional é que as transformações do ambiente e a superveniência de novas necessidades e condições se fazem em ritmo tremendamente acelerado. As quase duzentas nações indígenas existentes no Brasil são sobreviventes de um processo em que tiveram que suportar extensos períodos de carência em todos os sentidos. Não parece admissível a idéia de que os índios preci-

sem continuar submetidos a estes processos.

Mas a ausência de estudos específicos torna difícil ajudar os povos indígenas em seus esforços adaptativos, e é por isso que, ao final, a maioria dos projetos econômicos, oficiais ou alternativos, por desconhecer elementos essenciais das práticas econômicas tradicionais dos índios fracassa inexoravelmente.

Foi necessário que se acumulasse um considerável acervo de frustrações para que algumas discussões sobre o tema fossem provocadas. Ainda assim, existe pouca documentação sobre tais discussões. Uma das análises mais críticas que conheço foi feita por Volker von Bremen⁽³⁾, que embora

(3) Fuentes de caza y recolección modernas: proyectos de ayuda al desarrollo destinados a los indígenas del Gran Chaco (Argentina, Paraguay, Bolivia): Servicios de Desarrollo de las Iglesias (AG-KED), Stuttgart, 1987, mimeo.

se referindo às experiências ocorridas na região do Chaco dos países de colonização espanhola se aplica perfeitamente, em suas conclusões, aos casos do Brasil. Por isso, vale transcrever:

As experiências dos projetos confirmam que a conduta das comunidades indígenas continua baseada em sua consciência como coletoras ou caçadoras, apesar de um processo colonialista que tende à sua dissolução. A transformação radical, em parte, das condições externas de vida, a perda dos territórios que lhes pertenciam historicamente, os graves problemas ocasionados pela transformação dos hábitos alimentares e por enfermidades antes desconhecidas, assim como as crises existenciais que todos estes povos tiveram que suportar quando não foi mais possível evitar o contato permanente com a sociedade colonial, não foram capazes de destruir esta consciência ou de qualificar a sua conduta, segundo estes princípios, como absurda. Ao contrário, a história dos contatos e as experiências dos próprios projetos demonstram que esta consciência logrou sair airoso desta dura prova, pois apesar destas graves transformações e das novas relações de dependência que surgiram, os indígenas estão em condições de sobreviver mantendo sua conduta original. O fato de que isto é possível por sua vez fortalece sua própria consciência, o que comprova seu alto grau de flexibilidade e sua elevada capacidade de adaptação.

(...)

A relação tradicional (dos indígenas coletores e caçadores) diante da natureza estendeu-se também aos projetos, que constituem uma nova fonte de coleta que serve de base de subsistência. Assim como em sua relação tradicional com a natureza, os indígenas tratam de conhecer os projetos e de se adaptar às suas características para poderem apropriar-se deles.

(...)

Por outro lado, as técnicas de coleta (e de caça, acrescento) se transformaram. A mendicância, o cultivo do solo e o trabalho assalariado são três formas, três técnicas de coleta (ou de caça) pois todas se exercem sob

a mesma premissa, ainda que se diferenciem bastante entre si, de acordo com sua própria função. Assim, a agricultura não é praticada com a intenção primária de assegurar a subsistência – ao menos a médio prazo – mediante uma intervenção ativa no ciclo da natureza e seguindo um plano traçado antecipadamente. Para os indígenas a agricultura é, em si, uma técnica que persegue o fim de ajudar um pouco a natureza para que esta possa proporcionar uma fonte de coleta ainda melhor. Ademais, a agricultura vinculada a um projeto tem ainda outra função mais importante. Dado que ao desenvolvimento da agricultura como parte de uma «base de subsistência produtiva» são fornecidos créditos alimentares, estas medidas encontram uma acolhida muito positiva por parte das sociedades coletoras ou caçadoras, porque assim satisfazem seus interesses. Em casos semelhantes, aos indígenas é indiferente de que trabalhos concretos se trate; o importante é que eles tragam consigo a concessão de créditos alimentares.

(...)

Para poder apoiá-los decidida e comprometidamente é imprescindível reconhecer a qualidade destes povos indígenas como coletores e caçadores e principalmente reconhecê-los como sujeitos que organizam sua vida atendendo a formas muito específicas. (...) Ao invés de fazer-se partícipe da necessidade de uma transformação radical da forma de ser destes povos – uma idéia que está justificada exclusivamente fora da comunidade indígena – deve-se reconhecer que a sobrevivência destes povos somente é possível se eles conseguem continuar praticando suas próprias formas de vida, sob as novas condições transformadas (ob. cit., págs. 83 e 92. Parênteses meus).

Dito deste modo tão claro, até parece fácil. Não obstante, é preciso admitir que este relativo sucesso dos índios na manutenção de suas formas tradicionais de relação com o meio e com as outras sociedades humanas lhes tem cobrado um preço altíssimo desde a chegada dos europeus. A questão não se resume, então, a nos regozijar com este sucesso até porque o esforço de preservar sua própria forma de ser diante de condições hoje tão adversas pode, no limite, levar os povos indígenas à destruição.

No meu entender, a análise mais correta dos suicídios entre os Kaiowá do Mato Grosso do Sul foi feita pelo senador Severo Gomes. Segundo escreveu na Folha de S. Paulo, o suicídio era uma estratégia radical dos índios para recuperar o controle sobre a própria vida através do ato extremo de lhe dar fim. Este é o impasse com que se defrontam as sociedades indígenas: não lhes serve (talvez porque simplesmente não seja possível) transformar radicalmente sua forma de viver, mas sua forma de viver já não atende suficientemente às suas necessidades básicas. Haverá um momento em que os coletores ou caçadores verão derrubada a última árvore comercializável, ou esgotado o garimpo, ou esgotada a disposição das agências doadoras.

Outra contribuição importante é a que toma o assunto desde a ótica do conflito entre as economias de reciprocidade, que são as indígenas, e a economia de mercado ou de intercâmbio, que é a nossa (4). Reconhece-se que as economias indígenas estão inevitavelmente imersas na economia capitalista dominante, com a qual se articulam desigualmente. A questão, portanto, é buscar caminhos que possibilitem articulações alternativas e que evitem o «economicídio» característico da maioria dos projetos, inclusive os não-oficiais. A advertência de von Bremen quanto à impropriedade de se usar o conceito de «base produtiva» nos projetos de apoio à sustentação, Hélcio de Souza e Marta Azevedo acrescentam observações quanto aos riscos de introdução de novas tecnologias sem reconhecer que elas não são neutras, mas antes produto e também agentes da formação social que as gera.

O desafio aumenta quando envolve comunidades indígenas cujas terras não permitem o retorno às práticas produtivas tradicionais e quando se verifica a virtual impossibilidade de se aumentarem estas terras. Esta é a situação típica dos índios do Sul, como os Kaingang que proporcionaram o mote deste texto.

Numa tentativa de síntese, ponho a questão nos seguintes termos: trata-se de pensar projetos de apoio à auto-sustentação das comunidades e povos indígenas, cuja lógica seja elaborada a partir das lógicas deles sem desconsiderar a lógica da economia capitalista dominante.

*A questão, portanto, é
buscar caminhos que
possibilitem articulações
alternativas e que evitem
o «economicídio»
característico da
maioria dos projetos,
inclusive os
não-oficiais.*

O esforço não só proporcionaria aos índios alternativas mais consequentes para enfrentarem as pressões externas como, por isso mesmo, possibilitaria maiores oportunidades para a manutenção de relações mais saudáveis com o meio ambiente. O fato de as atividades produtivas tradicionais dos povos indígenas serem ambientalmente sadias é função das condições que lhes possibilitavam uma arti-

culação não destrutiva com a natureza. Subtraídos estes pressupostos, os índios se tornam muito pouco «ecológicos». Então também sob este aspecto é importante devolver-lhes tais condições.

Certamente então os Kaingang e os outros povos poderão fazer mais festas.

(4) Por exemplo, Hélio Marceio de Souza e Marta Maria Azevedo: Subsídios para a discussão sobre auto-sustentação: Brasília, CIMI, 1991, mimeo.

** Advogado indigenista. Assessor legislativo concursado da Câmara dos Deputados para a área de direito agrário ambiental e indigenista*